

# A Região Sudeste e os Centros de Reprodução Humana

**Paulo Franco Taitson**

**Izabella Faria de Carvalho**

Programa de Pós-graduação Mestrado/Doutorado

em Tratamento da Informação da PUC/MG

Recebido em: 29/07/2004

Avalido e aceito em: 18/08/2004

O censo populacional norte-americano tem sugerido um aumento da prevalência da infertilidade durante as três últimas décadas, em comparação a períodos anteriores. No Brasil, apesar de o censo populacional apresentar dados abrangentes do perfil da nossa população, pouco se sabe sobre essa realidade. Qual é, por exemplo, a distribuição espacial de homens e mulheres inférteis na população brasileira? Existem ou não áreas (regiões) no Brasil onde a fertilidade é mais baixa? Um estudo mais aprofundado das condições de reprodução humana no Brasil se faz necessário para responder a estas indagações. O levantamento realizado periodicamente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apresenta dados abrangentes da população, dos índices sociais e de fecundidade da Região Sudeste. Todavia, pouco se sabe acerca da distribuição, da incidência e do impacto da infertilidade conjugal nessa região.

A reprodução humana é formada por diversas áreas do conhecimento, tais como os conhecimentos epidemiológicos, clínicos, organizacionais, tecnológicos, históricos e administrativos. O objetivo deste estudo é realizar uma reflexão acerca da relação do número de centros de reprodução humana na Região Sudeste em função da população de cada Estado, através de técnicas de representação da distribuição espacial, com auxílio de *softwares* de geoprocessamento, recurso freqüente em outras áreas da ciência. Para tal foram utilizadas as bases de dados do cadastro nacional do *site* da Sociedade Brasileira de Reprodução

Assistida (foram levantados, evidentemente, apenas os centros constantes no *site*) e do IBGE.

Os resultados mostraram que em Minas Gerais a relação é de um centro de reprodução humana para cada 1.987.994 habitantes. No Rio de Janeiro, foi observada a relação de um centro para cada 1.439.128 habitantes. No Espírito Santo, esta relação é de 1:1.032.411 habitantes. O Estado de São Paulo apresentou a menor relação, 1:673.316 habitantes. Por outro lado, a população das cidades da Região Sudeste apresenta o maior índice de deslocamento para fora do município onde reside, em função de trabalho, necessidades educacionais diárias e tratamento de saúde (55,9% da população se deslocam, ou seja, 4.137.023 habitantes). Nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro estão os maiores contingentes de deslocamento, com 2.161.870 e 980.166 pessoas, respectivamente. Pode-se concluir que, apesar do impacto de deslocamento alto na Região Sudeste (maior do país), o número de centros de reprodução humana é adequado (quando se compara a alguns países europeus) nos Estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro (relação de um centro

---

Correspondência para:

Paulo Franco Taitson

Rua Rodrigues Caldas, 600/18

30190-120 – Belo Horizonte – MG

Tel: (31) 3337-1960

e-mail: pftaitson@bol.com.br

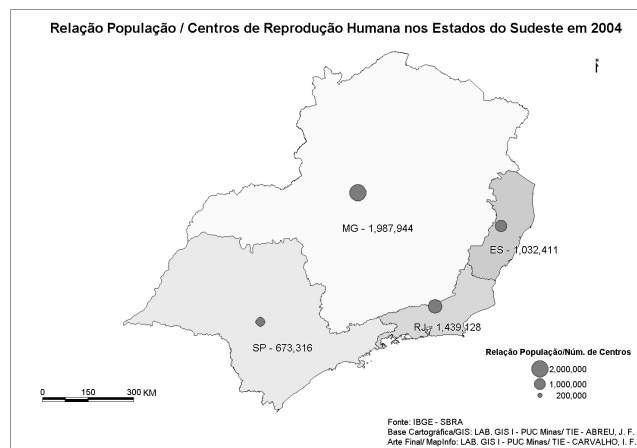
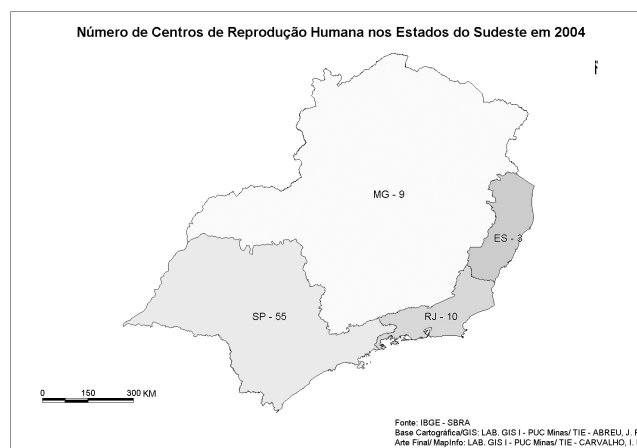
por mais de um milhão de habitantes). São Paulo apresenta um número elevado de centros de reprodução humana (55), tendo em vista a população do Estado e apesar de ser a região do país que recebe maior contingente de deslocamento e migração e de maior avanço tecnológico na área de saúde em geral.

Por outro lado, a Organização Pan-americana de Saúde (Opas) tem financiado e implementado a aplicação de sistemas de informação geográfica (SIG) no Brasil, com o intuito de elucidar melhor as relações de abrangência e impacto dos centros de reprodução humana no país. Assim, técnicos brasileiros estão criando novos sistemas operacionais com a finalidade de trabalhar espacialmente os dados sócio-econômicos, dentre outros. É importante que o profissional dessa área tenha acesso a um banco de dados atualizado para realizar seu trabalho com a qualidade que se espera. Desta forma, podem-se estabelecer correlações entre os serviços prestados, insumos utilizados, recursos humanos envolvidos, registro de taxas de fertilização e componentes físicos existentes.

É interessante, ainda, ressaltar que, segundo o IBGE:

- cerca de um terço da população brasileira não tem um serviço de saúde de uso regular variando segundo a idade, o sexo e, principalmente, a renda familiar. As pessoas mais jovens e aquelas com menor renda familiar têm como porta de entrada mais usual os postos ou centros de saúde, enquanto o consultório privado é mais procurado por mulheres, idosos e pessoas de nível mais alto de renda;
- aproximadamente cinco milhões de pessoas referiram ter necessitado de, mas não procuraram, um serviço de saúde, e a justificativa mais freqüente para esta atitude foi a falta de recursos financeiros. Entre as pessoas atendidas, cerca da metade teve o atendimento realizado através do SUS, e aproximadamente um terço referiu ter utilizado plano de saúde para receber este atendimento. Do total de atendimentos, cerca de 16% implicaram algum pagamento por parte do usuário, sendo que o atendimento recebido foi bem avaliado pelas pessoas que usaram serviços de saúde;
- aproximadamente sete pessoas de cada 100 habitantes foram hospitalizadas no ano que antecedeu a pesquisa. Este coeficiente não variou entre residentes nas áreas rurais e urbanas e foi maior para as mulheres. Inversamente ao observado para o uso de serviços de saúde em geral, que aumen-

ta à medida que aumenta a renda familiar, a freqüência de internações decresce conforme aumenta a renda familiar. Cerca de dois terços das pessoas foram internados através do SUS, com 6,3% destas declarando possuir algum plano de saúde e 5,2% declarando ter pago algum valor pela internação.



## Referências

1. Carvalho MS, Pina MF, Santos SM – Conceitos básicos de sistemas de informação geográfica e cartografia aplicadas à saúde. Brasília: OPAS/MS, 2000.
2. Scholten HJ, Lepper M JC – The benefits of the application of geographical information systems in public and environmental health. World Health Statistical. Quarterly Report., 44:160-170, 1991.
3. Taitson PF, Amorim Filho OB – Biologia reprodutiva e espaço. Scientific American Brasil. 1(6): 27, 2002.
4. [www.sbra.com.br/mapa.asp](http://www.sbra.com.br/mapa.asp) – acesso em 18/01/2004.
5. [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br) – acesso em 28/01/2004.